



AZ@BXL

Número: 214 Data: 2022.02.18

No título: *Vista do Faial para o Pico, Açores.*

Fotografia de: Tiago Rodrigues

Destaques:

[Tribunal de Justiça da União Europeia nega provimento aos recursos interpostos pela Hungria e Polónia](#)

[Aprovado Relatório de Iniciativa do Parlamento Europeu relativo à luta contra o cancro](#)

[UE investe mais de 110 milhões de euros em projetos LIFE](#)

[Estados comprometem-se com 4 mil milhões de Euros para combater a poluição por plásticos no mar](#)

[Parlamento Europeu aprova 1.200 milhões de euros para a Ucrânia](#)





Conselho de Agricultura e Pescas

Os ministros da agricultura e das pescas da UE [reunir-se-ão](#) em Bruxelas. Os destaques da reunião incluem um debate político sobre a proposta de regulamento relativo aos produtos não associados à desflorestação; uma troca de pontos de vista sobre as formas de melhorar a coerência entre a política agrícola e a política comercial, a fim de dar um melhor contributo para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, em que os resultados do debate orientarão os trabalhos da Comissão sobre a futura legislação relativa à aplicação de regras sanitárias e ambientais em matéria de produtos agroalimentares; um debate sobre a situação atual do mercado, fazendo referência específica aos produtos agrícolas; um ponto de informação pela Comissão acerca de um relatório sobre questões fitossanitárias e um outro pela delegação dinamarquesa sobre a legislação da UE relativa à detenção comercial e à venda de cães.



Conselho de Negócios Estrangeiros

O Conselho de Negócios Estrangeiros será [informado](#) sobre assuntos atuais, inclusive sobre o desenvolvimento da situação no Mali, e trocará pontos de vista sobre diplomacia climática. Espera-se que o Conselho adote conclusões sobre esta matéria. O Conselho trocará pontos de vista sobre a Bósnia-Herzegovina e realizará um exercício cibernético. Durante o pequeno-almoço, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE manterão um intercâmbio informal com o ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano Dmytro Kuleba, enquanto durante o almoço reunir-se-ão com os seus homólogos dos países do Golfo no Conselho de Cooperação UE-Golfo.

22 de fevereiro



Conselho de Assuntos Gerais

Os ministros começarão a preparar o Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2022 com uma troca de opiniões sobre o projeto de agenda anotada. Os mesmos [realizarão](#) um debate de orientação sobre o fortalecimento da preparação, capacidade de resposta e resiliência a crises futuras. Será realizada uma audição sobre o Estado de direito na Polónia (artigo 7.º, n.º 1, TUE). A Presidência fornecerá informações sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa e sobre a “*One Ocean Summit*” que decorreu em Brest no dia 11 de fevereiro.



Conselho de Competitividade (mercado interno e indústria)

Os ministros do mercado interno e da indústria vão [reunir-se](#) em Bruxelas para um debate de orientação sobre o regulamento relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno. O regulamento aborda os potenciais efeitos de distorção das subvenções estrangeiras no mercado único que comprometem as condições de concorrência equitativas. Os ministros também realizarão um debate político sobre o futuro dos ecossistemas de mobilidade industrial no contexto da transição verde, onde analisarão o papel que o Conselho de Competitividade pode desempenhar. A Comissão Europeia informará ainda sobre o Regulamento Circuitos Integrados, que foi apresentado em 8 de fevereiro e a presidência transmitirá igualmente informações sobre a proposta relativa ao carregador comum e sobre as matérias-primas.

Até 25 de fevereiro



Programa Operacional Açores 2030 – Consulta Pública

Segundo o [Comunicado](#) do Governo Regional dos Açores, a «anteproposta do Programa Operacional Açores 2030, sintetiza um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2030, da Estratégia Portugal 2030, das linhas orientadoras do Acordo de Parceria Nacional e dos princípios de orientação estratégica regional.».

Considerando que o Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030) é um programa participado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE+ (Fundo Social Europeu Mais), para o período de programação 2021-2027, todas as partes interessadas são convidadas a submeter as suas posições. Os contributos deverão ser enviados através de email para presidencia@azores.gov.pt ou por correio para: Presidência do Governo Regional Palácio de Sant'Ana Rua José Jácome Correia 9500-077 - Ponta Delgada.

Até 28 de fevereiro



Abertas as candidaturas ao prémio “Novo Bauhaus Europeu”

Após o sucesso da primeira edição que recebeu mais de 2 mil inscrições, a edição de 2022 vai celebrar novos exemplos inspiradores das transformações que a [iniciativa](#) quer trazer para o nosso quotidiano, espaços de convivência e experiências. É, portanto, uma oportunidade para que os projetos financiados pela política de coesão (concluídos até há 2 anos) e as ideias dos jovens (até 30 anos) possam obterem o merecido reconhecimento, além dum prémio pecuniário de até 30 mil euros.

3 e 4 de março



Comité das Regiões Europeu

Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Cimeira Europeia das Regiões e Cidades](#) é um encontro de representantes eleitos locais organizado de dois em dois anos pelo Comité Europeu das Regiões para discutir os principais desafios que se colocam à União Europeia.

Este ano, a Cimeira visa aumentar o impacto e o alcance da Conferência sobre o Futuro da Europa. As vozes das regiões e das cidades devem ser ouvidas, pois dão um contributo essencial para o projeto europeu e desempenham um papel crucial no posicionamento dos cidadãos no coração da Europa. Registo [aqui](#).

7 de março



Período de consulta pública: Rotulagem dos alimentos

Como parte da sua Estratégia "Do Prado ao Prato" e do Plano Europeu contra o Cancro, a Comissão Europeia [abriu](#) um período de consulta pública (com questionário) sobre a revisão da legislação relativa à informação alimentar aos consumidores. O objetivo é reformular a legislação da UE e apresentar, até ao final de 2022, uma proposta legislativa ao Parlamento Europeu e aos Estados-Membros. As quatro áreas abrangidas pela revisão são: introduzir uma rotulagem nutricional obrigatória normalizada na frente da embalagem; alargar a informação obrigatória sobre a origem ou proveniência de certos produtos; rever as regras relativas à indicação das datas («consumir até» e «consumir de preferência antes de»); perfil nutricional.

13 de março



Auxílios estatais: Comissão Europeia convida à apresentação de comentários sobre a proposta de revisão das regras da UE aplicáveis aos setores agrícola, florestal e das pescas

A Comissão Europeia [convida todas as partes interessadas](#) a comentar a proposta de revisão das regras de auxílios estatais para os setores da agricultura, silvicultura e pescas. O objetivo da revisão proposta é alinhar as regras atuais com as prioridades estratégicas da UE, em particular a Política Agrícola Comum (PAC), a Política Comum das Pescas (PCP), bem como com o Pacto Ecológico Europeu.

A consulta abrange as propostas de revisão dos vários conjuntos de regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis aos setores agrícola, florestal e das pescas, nomeadamente as [orientações de 2014 relativas aos auxílios estatais nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais](#), o [regulamento de isenção por categoria no setor agrícola](#) (RIC do setor agrícola), as [orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura](#), o [regulamento de isenção por categoria no setor das pescas](#) (RIC do setor das pescas) e o [regulamento relativo aos auxílios de minimis no setor das pescas](#). Os Estados-Membros e outras partes interessadas podem responder à consulta até o dia 13 de março de 2022.

15 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2022

A edição de 2022 da conferência anual "Fórum sobre o Futuro da Agricultura" terá lugar este ano a 15 de março (das 9 às 17h CET), e deverá ser um evento híbrido (poderá ser acompanhado remotamente ou presencialmente em Bruxelas). O [período de inscrição](#) já foi aberto.

Até 16 de março



Convite à apresentação de informações: Importações de produtos agrícolas e alimentares – aplicação das normas sanitárias e ambientais da UE

A Comissão Europeia irá [publicar](#) (no 2.º trimestre de 2022) um relatório relativo a esta temática. Este relatório avaliará a fundamentação e a viabilidade jurídica da aplicação das normas sanitárias e ambientais da UE aos produtos agrícolas e agroalimentares importados. Por exemplo, aplicação de: normas de bem-estar animal e processos e métodos de produção. Pode também identificar iniciativas concretas para assegurar uma melhor coerência na sua aplicação, em conformidade com as normas da Organização Mundial do Comércio.

17 e 18 de março



8º Fórum da Coesão

O Fórum [reunirá](#) cerca de 2 mil representantes provenientes das instituições da UE, autoridades nacionais, regionais e locais de todos os Estados-Membros, parceiros sociais e económicos, organizações não governamentais e representantes do setor académico. À luz das circunstâncias excecionais, o Fórum será realizado em formato híbrido para permitir um nível de participação sem precedentes. Os participantes, tanto online como no local, terão acesso a duas palestras, três painéis de discussão de alto nível e três sessões paralelas que abrangem questões centrais relevantes para a recuperação pós-pandemia da Europa e o futuro da política de coesão da UE.

Até 22 de março



Convite à apresentação de informações: Saúde dos solos – proteção, gestão sustentável e recuperação dos solos da UE

Encontra-se aberto o [período de submissão de comentários](#) à iniciativa "Saúde dos Solos". Os solos são essenciais para a alimentação, natureza e economia, pelo que merecem o mesmo nível de proteção que a água, o ar ou o meio marinho. A proposta de ato legislativo sobre a saúde dos solos, anunciada na Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030, visa: definir as condições adequadas à saúde dos solos; determinar opções para a monitorização dos solos; e estabelecer regras conducentes à utilização sustentável e à recuperação dos solos.

Até 31 de março



candidaturas ao 30.º Prémio de Jornalismo Lorenzo Natali

Encontram-se [abertas](#) as candidaturas ao 30.º Prémio de Jornalismo Lorenzo Natali. O Prémio de Jornalismo da União Europeia, que celebra este ano o seu 30.º aniversário, premeia jornalistas que cobrem temas como a desigualdade, a pobreza, o clima, a educação, a migração, o emprego, o digital, os cuidados de saúde, a paz, a democracia e os direitos humanos. As candidaturas devem ser apresentadas em linha numa das cinco línguas aceites (inglês, francês, espanhol, português ou alemão). As candidaturas podem ser apresentadas de 15 de fevereiro até 31 de março de 2022.

Até 12 de abril



Período de consulta pública e submissão de comentários: Estratégia da UE em matéria de energia solar

Esta estratégia, que assumirá a forma de uma comunicação da Comissão, visa assegurar que a energia solar alcança todo o seu potencial para ajudar a cumprir os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de clima e energia. Poderá [submeter os seus comentários no seguinte link](#).

21 de abril



Aberto período de apresentação das candidaturas à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022

Encontra-se aberto até o dia 21 de abril o período de [apresentação das candidaturas](#) à promoção de produtos agroalimentares da União Europeia - campanha de 2022. Para 2022, foi [atribuído](#) um total de 185,9 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares da UE dentro e fora da UE. Tal como em 2021, o [programa de trabalho da política de promoção de 2022](#) centra-se em produtos e práticas agrícolas que apoiam os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, tais como produtos biológicos da UE, fruta e legumes, agricultura sustentável e bem-estar animal. A política de promoção irá cofinanciar campanhas de acordo com as ambições do Pacto Ecológico Europeu, apoiando os objetivos da [Estratégia Do Prado ao Prato](#), o [Plano Europeu de Luta contra o Cancro](#), o [Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica da UE](#) e a [Comunicação da Comissão sobre a iniciativa de cidadania europeia "Acabar com as gaiolas"](#). As campanhas devem informar os consumidores europeus e mundiais sobre a agricultura biológica, agricultura sustentável da UE, e contribuição do setor agroalimentar para a ação climática e ambiental. Dentro da UE, as campanhas também promoverão uma alimentação saudável e dietas equilibradas, aumentando o consumo de fruta e vegetais frescos.

Até 2 de maio



Consulta pública sobre a certificação das remoções de carbono – regras da UE

Esta [iniciativa](#) promovida pela Comissão Europeia proporá regras da UE em matéria de certificação das remoções de carbono. Desenvolverá as regras necessárias para monitorizar, comunicar e verificar a autenticidade dessas remoções. O objetivo é expandir a remoção sustentável de carbono e incentivar a utilização de soluções inovadoras para capturar, reciclar e armazenar CO₂ por parte dos agricultores, silvicultores e indústrias. Trata-se de um passo necessário e significativo no sentido da integração das remoções de carbono nas políticas climáticas da UE.



Agricultura

Primeiros prémios europeus para a produção biológica

A Comissão Europeia, o Comité Económico e Social Europeu (CESE), o Comité Europeu das Regiões (CdR), a COPA-COGECA e a IFOAM Organics Europe estão a [organizar](#) em conjunto os primeiros prémios biológicos da UE. Estes prémios irão reconhecer

a excelência ao longo da cadeia de valor biológica, premiando os melhores e mais inovadores atores na produção biológica na UE. As candidaturas estarão abertas de 25 de março a 8 de junho de 2022.

Estes prémios serão os primeiros dum conjunto ao nível da UE e surgem na sequência do [Plano de Ação para o desenvolvimento da produção biológica](#), adotado pela Comissão a 25 de março de 2021, que anunciou o lançamento de tais prémios para aumentar a sensibilização para a produção biológica e aumentar a procura de produtos biológicos.

Serão atribuídos oito prémios em sete categorias, incluindo o melhor agricultor biológico, melhor agricultora biológica, melhor região Bio, melhor Cidade Bio, melhor "Biodistrito", melhor PME Bio, melhor Loja de produtos alimentares Bio e melhor restaurante Bio. Mais informações podem ser encontradas na página dedicada aos [Prémios europeus de Produção Biológica](#). Será organizada uma cerimónia de entrega de prémios para anunciar os vencedores no dia biológico da UE, em 23 de setembro de 2022.

Criação de parceria de competências no ecossistema agroalimentar

Com o apoio da Comissão Europeia, a indústria agroalimentar apresentou uma parceria de competências no âmbito do [Pacto de Competências da UE](#). O objetivo da parceria é melhorar as competências das pessoas no setor agroalimentar. Segundo o [comunicado](#), «isto tornará o ecossistema agroalimentar mais atrativo para os jovens, ao mesmo tempo que proporciona uma perspetiva de aprendizagem ao longo da vida tanto para empregadores como para os colaboradores. Os signatários da parceria incluem associações, empresas, organizações, universidades e federações nacionais na UE. O ecossistema abrange desde explorações familiares, micro e pequenos processadores de alimentos a grandes multinacionais.

Como primeiro passo, a parceria desenvolverá uma melhor compreensão das necessidades destes diferentes atores, com vista a estabelecer objetivos realistas, mas ambiciosos e a acompanhar a evolução futura. Os compromissos incluem o desenvolvimento de parcerias entre organizações de educação e formação, agentes de inovação e empresas, bem como o estabelecimento de um quadro a nível da UE para competências e perfis profissionais. No seguimento de parcerias em oito outros ecossistemas industriais, esta nova parceria é uma implementação concreta do Pacto de Competências, uma das iniciativas emblemáticas da estratégia europeia em matéria de competências.

O principal objetivo do Pacto é mobilizar recursos e estimular todos os parceiros relevantes a tomarem medidas concretas para melhorar as competências e a reciclagem da mão-de-obra em ecossistemas industriais chave. Desde o seu lançamento, mais de 500 organizações comprometeram-se a requalificar quase 6 milhões de pessoas em toda a Europa. A iniciativa também contribui para o objetivo global da UE de que, até 2030, pelo menos 60% de todos os adultos deverão participar em formação todos os anos.



Ambiente

Pacto Ecológico: UE investe mais de 110 milhões de euros em projetos LIFE em favor do ambiente e do clima em 11 países da UE

A Comissão [anunciou](#) um investimento de mais de 110 milhões de euros em projetos integrados no âmbito do Programa LIFE para a proteção do ambiente e do clima, selecionados na sequência de um convite à apresentação de propostas relativo a 2020. Este financiamento irá apoiar novos grandes projetos nos domínios do ambiente e do clima em 11 países da UE - Chéquia, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Estónia, Finlândia, França, Letónia, Lituânia, Países Baixos e Polónia.

Os projetos contribuem para uma recuperação ecológica da pandemia de COVID-19 e apoiam os objetivos do Pacto Ecológico Europeu de tornar a Europa climaticamente neutra e com poluição zero até 2050. Constituem exemplos de ações destinadas a realizar os principais objetivos do Pacto Ecológico Europeu no âmbito da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e do Plano de Ação da UE para a Economia Circular. Os projetos integrados permitem aos Estados-Membros colocar em comum outras fontes de financiamento da UE, designadamente fundos agrícolas, estruturais, regionais e para a investigação, bem como financiamentos nacionais e investimentos do setor privado.

No total, espera-se que os 11 projetos atraiam mais de 10 mil milhões de euros de fundos complementares, multiplicando substancialmente os recursos afetados atualmente, para fazer uma verdadeira diferença no terreno. O programa LIFE é o instrumento de financiamento da UE no domínio do ambiente e da ação climática. Este programa foi lançado em 1992 e cofinanciou mais de 5 500 projetos em toda a UE e no resto do mundo. A Comissão Europeia aumentou o financiamento do programa LIFE em quase 60 % para o período 2021-2027, ascendendo atualmente a 5,4 mil milhões de euros. O programa LIFE tem atualmente quatro subprogramas: natureza e biodiversidade, economia circular e qualidade de vida, mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas e transição para energias limpas. Estes projetos apoiam a aplicação da legislação e das políticas da UE em matéria de ambiente e de clima a nível regional, multirregional, nacional ou transnacional.



Comissão revela importantes ações que visam contribuir para a defesa europeia, estimular a inovação e reduzir as dependências estratégicas

A Comissão Europeia [apresentou](#) uma série de iniciativas por si lideradas em domínios essenciais para a defesa da Europa e segurança no seio da União Europeia. As iniciativas incluem uma contribuição para a defesa europeia que abrange todo o tipo de desafios, desde a indústria e equipamento de defesa convencionais em terra, no mar e no ar, até às ciberameaças, ameaças híbridas e espaciais, mobilidade militar e relevância das alterações climáticas, bem como um roteiro sobre tecnologias críticas para a segurança e a defesa. Trata-se de medidas concretas que visam tornar o mercado europeu da defesa mais integrado e competitivo, nomeadamente através do reforço da cooperação no âmbito da UE, de modo a promover a sua expansão, controlar os custos e aumentar a eficácia operacional. Através das medidas anunciadas a Comissão contribui para a criação de uma Bússola Estratégica da UE para a Segurança e Defesa. Ao recorrer a todos os meios disponíveis num contexto geopolítico e tecnológico em constante evolução, a Comissão pretende reforçar a capacidade da União para fazer face às ameaças a vários níveis e em rápida evolução com as quais é confrontada.



Eurodeputados incentivam produção de energia eólica marítima na UE

O Parlamento Europeu (PE) [propôs](#) medidas para acelerar a implantação da energia eólica marítima, incluindo no Atlântico, a fim de contribuir para a consecução dos objetivos climáticos. Num relatório aprovado com 518 votos a favor, 88 contra e 85 abstenções, o PE nota que existem zonas com um potencial para a energia de fontes renováveis ao largo (*offshore*) “amplamente inexplorado”, como o Atlântico, o Mediterrâneo, o mar Báltico ou o mar Negro, defendendo que a sua integração nos sistemas energéticos da UE deve ser realizada a um ritmo mais célere do que tem sido observado até à data. “A decisão de encontrar espaço para esta capacidade adicional de produção de energia de fontes renováveis ao largo até 2030 é da maior importância e deve ser considerada uma prioridade”, dizem os eurodeputados, pedindo que esse espaço seja identificado na UE antes de 2023/2024, a fim de permitir a construção até 2030.

A região do mar do Norte é atualmente líder mundial em termos de capacidade instalada de energia eólica marítima. O relatório nota que “os Estados-Membros ocidentais da UE na costa atlântica têm um elevado potencial natural para a produção de energia eólica marítima fixa e flutuante”. O PE realça a importância de garantir um desenvolvimento sustentável e responsável do setor da energia de fontes renováveis ao largo. “Um processo adequado de ordenamento do espaço marítimo deve ser acompanhado de uma abordagem sólida de participação do público, para que as posições de todas as partes interessadas e das comunidades costeiras sejam tidas em consideração”, insistem os eurodeputados. Será também essencial aumentar a confiança do público na capacidade das energias renováveis para assegurar a independência energética e a segurança do aprovisionamento energético, acrescentam.

O PE considera que o instrumento de recuperação *NextGenerationEU* proporciona uma oportunidade única de mobilizar capital público em grande escala, para além do investimento privado, para o desenvolvimento do setor. Estima-se que o investimento necessário para prosseguir a implantação em larga escala da energia de fontes renováveis ao largo até 2050 seja de quase 800 mil milhões de euros, sendo cerca de dois terços para financiar a infraestrutura de rede associada e cerca de um terço para a produção de eletricidade ao largo. Os eurodeputados instam também a Comissão e os Estados-Membros, no âmbito da aplicação do Pacto Ecológico Europeu, a melhorarem a utilização dos fundos da UE para apoiar o desenvolvimento da energia de fontes renováveis ao largo nos territórios ultraperiféricos e insulares, de molde a reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis. As metas de produção de energia de fontes renováveis ao largo em todas as bacias marítimas da UE, são de, pelo menos, 60 GW até 2030 e de 340 GW até 2050, de acordo com uma comunicação da Comissão Europeia publicada em novembro de 2020. A queda significativa dos preços da eletricidade de fontes renováveis ao largo fez com que esta se tornasse uma das fontes de energia mais competitivas em termos de preço, com a média ponderada global do custo normalizado da energia eólica marítima a descer em 48% entre 2010 e 2020. Devido à grande escala dos projetos e à sua elevada capacidade, a energia de fontes renováveis ao largo desempenhará um papel essencial para acelerar a produção de hidrogénio renovável.



As operações de financiamento *NextGenerationEU* começaram bem, de acordo com novo relatório

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu primeiro relatório semestral sobre o programa de financiamento *NextGenerationEU*, abrangendo o período de junho a dezembro de 2021. O relatório detalha uma série de estatísticas importantes relacionadas com empréstimos *NextGenerationEU*, como o total de fundos que a Comissão levantou para o programa em 2021 (71 mil milhões de euros em financiamento a longo prazo) e os fundos totais que desembolsou aos Estados-Membros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF) (64 mil milhões de euros) e a outros programas ao abrigo do orçamento da UE. De particular interesse é o tamanho da procura por empréstimos *NextGenerationEU*.

Com o objetivo de acelerar a recuperação da Europa da pandemia de COVID-19, os investidores mantiveram um forte interesse no programa ao longo do ano, produzindo carteiras de pedidos entre 7 e 14 vezes mais subscritas. Este fator permitiu que a Comissão fechasse as suas transações *NextGenerationEU* de 2021 em condições muito favoráveis, atingindo um custo médio de financiamento de 0,14%. Entre outras realizações, a Comissão confirmou que todos os montantes devidos aos Estados-Membros em 2021 foram pagos rapidamente, menos de 6 dias úteis após a conclusão dos procedimentos legais necessários.



Tribunal de Justiça da União Europeia nega provimento aos recursos interpostos pela Hungria e Polónia

O Tribunal de Justiça da União Europeia, decidindo em Tribunal Pleno, [negou](#) provimento aos recursos interpostos pela Hungria e pela Polónia contra o mecanismo de condicionalidade que sujeita o acesso ao financiamento do orçamento da União ao respeito pelos Estados-Membros dos princípios do Estado de direito.

A Hungria e a Polónia tinham interposto cada uma um recurso de anulação no Tribunal de Justiça do Regulamento que estabelece um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União em caso de violação dos princípios do Estado de direito num Estado-Membro. Os dois países baseavam os respetivos recursos na falta de uma base jurídica adequada nos Tratados UE e FUE, no desvio do procedimento previsto no artigo 7.º do TUE, no excesso das competências da União e na violação do princípio da segurança jurídica. Em apoio da argumentação que aduziam, a Hungria e a Polónia remeteram para um parecer confidencial do Serviço Jurídico do Conselho sobre a proposta inicial que levou à adoção do regulamento, o que o Tribunal admite, apesar das objeções do Conselho, atento o interesse público superior subjacente à transparência do processo legislativo.

O Tribunal salienta que a «boa gestão financeira do orçamento da União e os interesses financeiros da União podem ser gravemente postos em causa por violações dos princípios do Estado de direito praticadas num Estado-Membro. Com efeito, tais violações podem, nomeadamente, resultar na falta de garantia de que as despesas cobertas pelo orçamento da União preenchem todas as condições de financiamento previstas no direito da União e, conseqüentemente, cumprem os objetivos prosseguidos pela União quando financia tais despesas. Por conseguinte, um «mecanismo de condicionalidade» horizontal, como o instituído pelo regulamento, que sujeita o acesso ao financiamento do orçamento da União ao respeito, por parte de um Estado-Membro, dos princípios do Estado de direito, pode enquadrar-se na competência conferida pelos Tratados da União para estabelecer «regras financeiras» relativas à execução do orçamento da União.»

Condicionalidade do Estado de Direito: Eurodeputados apelam à Comissão para agir imediatamente

Na sequência do acórdão do Tribunal de Justiça sobre o mecanismo de “condicionalidade do Estado de direito”, os eurodeputados [exigem](#) que a Comissão Europeia o aplique e proteja os valores da UE. “O Estado de direito é o nosso tesouro”, disse Clément Beaune em nome da Presidência francesa do Conselho. Congratulou-se com a “necessária clareza jurídica” dada pelo Tribunal e disse que a Presidência francesa espera agora que a Comissão a implemente. A Presidência francesa está empenhada em mobilizar todos os instrumentos para proteger o Estado de direito, sublinhou. O comissário do Orçamento, Johannes Hahn, disse que a decisão do Tribunal está agora a ser analisada pela Comissão, que irá finalizar rapidamente as

suas orientações sobre como aplicar o regulamento. O mesmo sublinhou que o mecanismo é uma das ferramentas da caixa de ferramentas de proteção do Estado de direito da UE e que é fundamental escolher as ferramentas certas para resolver problemas específicos. Assegurou aos eurodeputados que a Comissão está a monitorizar a situação em todos os estados-membros para identificar quaisquer possíveis violações ao Estado de direito e ressaltou que já enviou cartas informais a dois Estados-Membros. Apontando para a declaração da Presidente Ursula von der Leyen, afirmou que, quando as condições do regulamento estiverem preenchidas, a Comissão agirá com determinação. “Hoje é um dia de vitória para o Parlamento”, afirmaram os eurodeputados, sublinhando que a decisão do TJE confirmou a posição do Parlamento de que o dinheiro da UE não deve ir para governos que violem os valores da UE.

Muitos sublinharam que agora a Comissão não tem mais desculpas para atrasos. Muitos oradores disseram que se cansaram de ouvir desculpas burocráticas, enquanto alguns Estados membros estavam a ser tomados por tiranos, com sistemas de justiça degradantes, liberdade de imprensa restrita e direitos das minorias cerceados. Recordaram que o papel da Comissão é cumprir os tratados da UE e proteger os valores fundadores com os quais todos os países da UE se comprometeram. Alguns oradores acusaram as instituições da UE de punir a Hungria e a Polónia por razões políticas e discriminar entre “melhor” e “pior”. Problemas de estado de direito e sistemas de justiça politizados também existem noutros países da UE, como Alemanha e Espanha, disseram eles.



Mar e Pescas

One Ocean Summit: Estados comprometem-se com 4 mil milhões de Euros para combater a poluição por plásticos no mar

Um total de 4 mil milhões de euros será [alocado](#) para combater a poluição por plásticos, de acordo com os chamados “Compromissos de Brest” adotados no final da *One Ocean Summit* (11 de fevereiro), onde também concordaram em criar uma aliança global para preservar grandes áreas de biodiversidade nos mares. O combate aos resíduos plásticos no mar recebeu o compromisso financeiro mais significativo de 4 mil milhões de euros até 2025 dos bancos nacionais franceses, alemães e espanhóis, juntamente com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para desenvolver a “Iniciativa Oceanos Limpos”.

Preservar o alto mar, além de 200 milhas náuticas das costas nacionais e, portanto, fora de qualquer jurisdição estatal, é um dos desafios mais significativos da atualidade reconhecidos pelos participantes. Nesse sentido, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou o lançamento de uma “aliança global” – que inclui 27 países da UE e 16 países não pertencentes à UE – para concluir o Tratado sobre o uso sustentável do alto mar e a proteção da sua biodiversidade. “Devemos dar impulso para concluí-lo este ano”, disse. Catorze países também anunciaram medidas para fortalecer o combate à pesca ilegal, como melhorar os controlos nos portos de desembarque e mobilizar as marinhas nacionais para monitorizar a pesca ilegal.

Sendo o oceano essencial na luta contra as alterações climáticas, que são causadas principalmente pela atividade humana, a *One Ocean Summit* foi uma oportunidade para obter compromissos de vários atores económicos. Por exemplo, 22 armadores europeus concordaram em tomar medidas concretas em várias áreas que afetam o ecossistema subaquático, contidas no rótulo *Green Marine Europe*, que dizem respeito, entre outras coisas, às emissões de gases de efeito estufa, ruído subaquático e descargas de óleo. Outros 35 grandes intervenientes, incluindo 18 portos europeus, também se comprometeram a “acelerar o fornecimento de eletricidade aos navios no porto” para reduzir a poluição nas cidades portuárias. Mais países também aderiram à aliança que visa “proteger 30% da terra e do mar, do mundo até 2030”, que foi criada na *One Planet Summit* de janeiro de 2021, o que significa que agora são 84 Estados que aderiram a essa aliança. O presidente francês Emmanuel Macron, que esteve em Brest para o dia de encerramento do evento, anunciou que a reserva natural nacional das Terras Austral e Antártica Francesas (TAAF) seria estendida aos arquipélagos de Crozet e Kerguelen e às ilhas de Saint-Paul e Amsterdão, localizada no Oceano Índico. Este território tornar-se-á assim na segunda maior área marinha protegida do mundo.



Mercado

Segurança dos brinquedos: Parlamento Europeu quer regras mais robustas para proteger as crianças

Num [relatório](#) sobre a aplicação da atual diretiva da UE sobre a segurança dos brinquedos, aprovado com 688 votos a favor, seis contra e uma abstenção, o Parlamento Europeu (PE) [aborda](#) questões como a proteção das crianças contra substâncias

químicas perigosas, os desafios colocados pelas novas tecnologias incorporadas nos brinquedos e o reforço das atividades de fiscalização do mercado.

Apesar de reconhecer o valor acrescentado da atual Diretiva Brinquedos no sentido de melhorar a segurança das crianças, o PE “lamenta que alguns dos fabricantes de fora da UE que vendem os seus produtos no mercado único, especialmente através de mercados em linha, não cumpram a legislação da UE e que muitos brinquedos vendidos na UE ainda representem ameaças significativas para as crianças”. Os eurodeputados solicitam à Comissão e aos Estados-Membros que reforcem as medidas para assegurar que todos os brinquedos colocados no mercado europeu cumpram esta diretiva, independentemente do seu local de fabrico.

Parlamento Europeu apela a uma remuneração justa para os jovens

O PE [defende](#) a criação de um quadro jurídico comum que garanta uma remuneração justa para os estágios e medidas para melhorar o acesso dos jovens ao emprego e a programas europeus. Os estágios não remunerados “constituem uma forma de exploração dos jovens trabalhadores e uma violação dos seus direitos”, diz o PE, condenando esta prática e defendendo a criação de um quadro jurídico comum que garanta uma remuneração justa para os estágios e os programas de aprendizagem, a fim de evitar práticas de exploração. Os contratos sem especificação do horário de trabalho são também alvo de críticas por parte da assembleia.

Na resolução aprovada com 580 votos a favor, 57 contra e 55 abstenções, os eurodeputados solicitam um instrumento [Garantia para a Juventude](#) reforçado que tenha como objetivo reduzir o desemprego de longa duração e o desemprego dos jovens em, pelo menos, 50% até 2030. “Chegou o momento de tornar a Garantia para a Juventude reforçada vinculativa e inclusiva para todos os Estados-Membros, incluindo medidas ativas de sensibilização destinadas aos jovens NEET [que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação] de longa duração e aos jovens oriundos de meios socioeconómicos desfavorecidos, como, por exemplo, os jovens portadores de deficiência, os jovens LGBTIQ+ e os jovens ciganos”, diz a resolução.

Parlamento Europeu aprova regras de tarifação rodoviária mais ecológicas

No dia 17 de fevereiro, o Parlamento Europeu (PE) [aprovou alterações às regras relativas à aplicação de tarifas](#) aos veículos pesados de mercadorias para uso rodoviário. As alterações à chamada Diretiva "Eurovinheta" substituem as atuais taxas impostas aos camiões - que são baseadas no tempo de utilização, por portagens baseadas na distância percorrida. Ao cobrar os quilómetros efetivamente percorridos, o sistema refletirá melhor o princípio do ‘[poluidor-pagador](#)’, que se encontra no cerne da política ambiental da União Europeia e estipulará que aqueles que prejudicam o ambiente devem pagar para cobrir esses custos. As alterações permitirão harmonizar o sistema de tarifação rodoviária em toda a UE e ajudar a financiar as infraestruturas rodoviárias, reduzindo simultaneamente o congestionamento das estradas e ajudando a alcançar os [objetivos climáticos](#).

No prazo de oito anos a contar da entrada em vigor das regras (ou seja, em 2030), os direitos baseados no tempo de utilização (vinhetas) para os veículos pesados de mercadorias serão gradualmente eliminados e substituídos por portagens baseadas na distância percorrida no que refere à principal rede rodoviária da Europa - as estradas da [rede transeuropeia de transportes](#) (RTE-T). Algumas isenções e a possibilidade de um sistema combinado podem ser permitidas, sendo que os Estados-Membros poderão continuar a utilizar vinhetas noutras partes das suas redes.



Política Externa

Ameaças da Rússia contra a Ucrânia são um alerta para a Europa

Num debate sobre as relações UE-Rússia, a segurança europeia e a ameaça militar russa contra a Ucrânia, os eurodeputados [apelaram](#) a uma resposta unida e manifestaram o seu apoio à Ucrânia. Os eurodeputados debateram as ameaças militares da Rússia contra a Ucrânia com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell. No início do debate, a presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola, sublinhou que a assembleia expressou reiteradamente a sua solidariedade para com o povo da Ucrânia, que continua a enfrentar incertezas e ameaças de agressão militar russa. “O que estamos a testemunhar é também uma ameaça

à paz na Europa”, acrescentou Roberta Metsola, lembrando que o PE votou um pacote de assistência macrofinanceira à Ucrânia no valor de 1.200 milhões de euros. A presidente do PE agradeceu à Comissão pela sua “proposta atempada para apoiar a estabilidade financeira e a resiliência da Ucrânia nas atuais circunstâncias difíceis”.

Vários eurodeputados salientaram que as atuais tensões são um alerta para a UE, que deve continuar a desenvolver as suas capacidades para lidar com a pressão externa e assegurar uma resposta forte às ameaças externas, mantendo ao mesmo tempo a paz e a democracia como valores fundamentais e o objetivo primordial. Os parlamentares consideram que os desafios russos criam uma oportunidade para reforçar a unidade europeia. Expressando o seu apoio contínuo e a sua admiração pelo povo ucraniano perante a ameaça de agressão russa, vários eurodeputados reiteraram também a necessidade de continuar a diplomacia com Moscovo e de preparar sanções duras contra a Rússia. O gasoduto *Nord Stream 2* entre a Rússia e a Alemanha deve também estar em cima da mesa quando forem negociadas as sanções, disseram alguns parlamentares. Afirmaram que a razão da agressividade da Rússia não é o alargamento da NATO, mas sim o poder dos valores e a atratividade das sociedades democráticas, o que assusta o Presidente russo, Vladimir Putin, e o Kremlin. Outros eurodeputados criticaram a UE por ser demasiado ambígua na sua resposta à Rússia, enquanto outros sublinharam que a Europa precisa de dar seguimento às suas palavras com ações contra a agressão russa.

A UE deve falar a uma só voz sobre a política externa

Os eurodeputados [pedem](#) uma política externa e de segurança mais eficaz da UE e uma capacidade de defesa mais forte para responder a ameaças, em dois relatórios adotados. Com a crescente instabilidade no mundo, o aumento do autoritarismo e da desinformação, a UE deve assumir a liderança no reforço das parcerias multilaterais e na proteção e promoção global da democracia e dos direitos humanos, sublinham os eurodeputados num relatório sobre a implementação da Política Externa e de Segurança Comum adotado. Os eurodeputados salientam que, para lidar eficazmente com os atuais desafios internacionais, a UE tem de atuar com uma voz coerente. As decisões sobre política externa não devem mais ser tomadas por unanimidade, pois isso dá a um Estado membro o direito de vetar uma decisão tomada por todos os outros, mas sim por maioria qualificada. A UE também precisa de garantir a sua soberania estratégica e ser menos dependente em áreas tecnológicas essenciais, infraestruturas críticas e cadeias de abastecimento, destaca o Parlamento. Ambos os relatórios condenam veementemente o comportamento agressivo da Rússia em relação à Ucrânia. O texto sobre a Política Comum de Segurança e Defesa, aprovado por 369 votos a favor, 197 contra e 123 abstenções, apela a uma assistência militar e de segurança reforçada e credível à Ucrânia, nomeadamente através da mobilização do Fundo Europeu para a Paz. Os eurodeputados também incentivam os Estados-Membros a aumentarem a sua assistência militar e de segurança bilateral à Ucrânia.

Parlamento Europeu aprova 1.200 milhões de euros para a Ucrânia

O Parlamento Europeu (PE) [deu luz verde](#) a um pacote de assistência macrofinanceira de emergência à Ucrânia, no valor de 1.200 milhões de euros. A proposta apresentada pela Comissão no dia 1 de fevereiro foi aprovada em plenário com 598 votos a favor, 55 contra e 41 abstenções, na sequência da aplicação do processo de urgência. Estes fundos serão disponibilizados à Ucrânia sob a forma de empréstimos a longo prazo em condições altamente favoráveis. Contribuirão para reforçar a estabilidade macroeconómica e a resiliência global da Ucrânia no contexto do acentuado aumento da incerteza geopolítica e do seu impacto na situação económica. A Comissão Europeia deverá desembolsar rapidamente uma primeira parcela de 600 milhões de euros, sob certas condições prévias. O desembolso da segunda parcela estará sujeito ao prosseguimento da execução satisfatória do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de um número de medidas políticas de curto prazo previamente acordadas. Os eurodeputados salientam que “como condição prévia para a concessão da assistência macrofinanceira da União, a Ucrânia deve respeitar os mecanismos democráticos efetivos, nomeadamente um sistema parlamentar pluripartidário e o Estado de direito, e assegurar o respeito pelos direitos humanos”, em linha com o que é referido na proposta legislativa. Desde 2014, a UE e as instituições financeiras europeias atribuíram mais de 17 mil milhões de euros em subvenções e empréstimos à Ucrânia. Desse montante, 5 mil milhões de euros foram atribuídos através de cinco operações consecutivas de assistência macrofinanceira.

UE desafia a China na OMC para defender o seu setor de alta tecnologia

A União Europeia [intentou](#) um processo contra a China junto da Organização Mundial do Comércio (OMC) por este país impedir as empresas da UE de recorrer a tribunais estrangeiros para proteger e utilizar as suas patentes. A China restringe severamente as empresas da UE com direitos a tecnologias essenciais (como as 3G, 4G e 5G) de protegerem estes direitos, quando as patentes dessas empresas são utilizadas ilegalmente ou sem uma compensação adequada, por exemplo, por fabricantes chineses de telemóveis.

Os titulares de patentes que procuram de facto solução em tribunais fora da China enfrentam frequentemente coimas significativas na China, o que os pressiona a aceitar o pagamento de taxas de licenciamento inferiores às taxas de mercado. Esta política chinesa é extremamente prejudicial para a inovação e o crescimento na Europa, privando efetivamente as empresas tecnológicas europeias da possibilidade de exercer e fazer valer os direitos decorrentes da sua vantagem tecnológica.

Desde agosto de 2020, os tribunais chineses têm vindo a proferir acórdãos conhecidos como «*anti-suit injunctions*» (ações inibitórias que impedem o recurso a outro processo) para exercer pressão sobre as empresas da UE detentoras de patentes de alta tecnologia e impedi-las, assim, de proteger de maneira justa as suas tecnologias. Os tribunais chineses também ameaçam aplicar pesadas coimas para dissuadir as empresas europeias de recorrerem a tribunais estrangeiros. Esta situação deixou as empresas europeias de alta tecnologia numa situação de desvantagem significativa quando lutam pelos seus direitos. Os fabricantes chineses solicitam que os beneficiários destas «*anti-suit injunctions*» gozem de um acesso mais barato ou mesmo gratuito à tecnologia europeia.



Saúde

Ação Global COVID-19

Na Reunião de Ação Global COVID-19, [convocada](#) pelo Secretário de Estado dos EUA Blinken e reunindo a UE, representada pela Comissária Urpilainen, e outros países parceiros, os participantes discutiram um 'Plano de Ação Global COVID-19'. O objetivo é ajudar a coordenar ações e mobilizar recursos em seis áreas prioritárias em relação à resposta global à COVID-19 para acabar com a pandemia até o final de 2022: (i) vacinação; (ii) reforçar a resiliência da cadeia de suplementos, (iii) abordar lacunas de informação; (iv) apoiar os profissionais de saúde; (v) garantir a disponibilidade de tratamentos e testes onde for mais necessário; e (vi) fortalecer a arquitetura global de segurança da saúde. A UE e os seus Estados-Membros, atuando como *Team Europe*, têm estado na vanguarda dos esforços para combater a pandemia a nível global e estão empenhados em coliderar este Plano de Ação Global, em linha com a resposta em curso da *Team Europe* à pandemia. A UE permanecerá ativa em todas as 6 áreas prioritárias e irá oferecer-se especificamente para coliderar com parceiros na coordenação de ações para combater a hesitação em matéria de vacinas e combater a desinformação.

Parlamento Europeu apela a uma estratégia mais eficaz para combater o cancro

Notando que mais de 40% de todos os cancros “são evitáveis através de ações coordenadas orientadas para as determinantes da saúde de carácter comportamental, biológico, ambiental, profissional, socioeconómico e comercial”, os eurodeputados [apelam](#) à adoção de medidas de prevenção eficazes a nível nacional e da UE, “com base em competências científicas independentes”. As ações recomendadas pelo PE incluem o financiamento de programas que incentivem as pessoas a deixar de fumar e a promoção de medidas para a “redução e prevenção dos efeitos nocivos do álcool no âmbito de uma estratégia revista da UE em matéria de álcool”.

A assembleia solicita à Comissão e aos Estados-Membros que incentivem e ajudem os consumidores a fazer escolhas informadas, saudáveis e sustentáveis através da adoção de uma rotulagem nutricional da UE obrigatória e harmonizada na frente das embalagens dos produtos alimentares. O PE apoia também a disponibilização de informações de melhor qualidade aos consumidores através de uma melhor rotulagem das bebidas alcoólicas mediante “informações sobre o consumo moderado e responsável de álcool” e a indicação obrigatória da lista de ingredientes e da declaração nutricional. Quanto à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho, a assembleia defende a fixação de valores-limite de exposição profissional para, pelo menos, 25 substâncias adicionais.



Tecnologia

Espaço: UE lança sistema de conectividade por satélite e reforça a ação em matéria de gestão do tráfego espacial com vista a uma Europa mais digital e resiliente

A UE dá sequência às suas ambições espaciais, [apresentando](#) duas iniciativas: uma proposta de regulamento relativo a uma [conectividade segura](#) baseada nas tecnologias espaciais, e uma comunicação conjunta sobre uma abordagem da UE em matéria de [gestão do tráfego espacial](#). As tecnologias espaciais são fundamentais para facilitar a nossa vida quotidiana, contribuindo para um futuro mais digital, ecológico e resiliente para o nosso planeta. Sendo a União Europeia uma potência

espacial, o programa espacial da UE já proporciona dados e serviços valiosos para um vasto leque de aplicações quotidianas, que vão dos transportes à agricultura e da resposta a situações de crise à luta contra as alterações climáticas, para só citar algumas. No entanto, devido aos novos desafios e a uma concorrência internacional acrescida, a política espacial da UE precisa de evoluir e adaptar-se constantemente se pretendermos continuar a usufruir livremente dos benefícios que o espaço traz. As iniciativas contribuirão para preservar a eficiência e a segurança dos nossos ativos atuais, desenvolvendo simultaneamente as tecnologias espaciais de ponta da Europa para benefício dos cidadãos e da economia. As duas iniciativas adotadas são o resultado concreto do Plano de ação sobre sinergias entre as indústrias civis, da defesa e do espaço, em que estes dois projetos emblemáticos são mencionados.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial](#)

[do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!